



PROFECIA, RELIGIÃO E POLÍTICA NO MEDITERRÂNEO ANTIGO

APRESENTAÇÃO DE DOSSIÊ

WILLIBALDO RUPPENTHAL NETO ¹

Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR)

Apesar de os historiadores da religião muitas vezes buscarem concentrar sua análise na dimensão religiosa, o estudo da religião no Mediterrâneo antigo se torna incompleto quando não considera os aspectos da cultura e do poder. Afinal, para além do sacerdócio, cuja relação de poder é bem conhecida e entendida, até mesmo a profecia na Antiguidade não estava limitada à religião, sendo um importante instrumento político, podendo servir tanto para legitimar o poder quanto para contestá-lo. Por conta disto, o Mediterrâneo antigo foi marcado por inúmeras profecias, as quais foram proferidas, adequadas e apropriadas de diversas formas, gerando rivalidades proféticas e se constituindo como peças fundamentais no complexo campo da política.

Por essa razão, os desavisados que decidem estudar a Antiguidade podem acabar se surpreendendo que, como Moses I. Finley bem destacou, “nenhuma atividade pública” de gregos e romanos era realizada “sem antes suplicar aos deuses sua proteção, através de preces e sacrifícios, e sem lhes retribuir com dádivas e oferendas, subseqüentemente, os êxitos obtidos”². E, no caso romano, por exemplo, a relação era tão profunda, que até mesmo um autor grego da Antiguidade, Políbio (*Hist.*, 6.56.6ss), chegou a se admirar com a relação do Estado romano com os deuses, prometendo recompensas em troca de apoio³. Segundo suas próprias palavras, em Roma a religião foi “introduzida em tal medida em sua vida pública e privada que nada lhe excede, sendo um fato que surpreende a

¹ Professor das Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR). Doutor em História pela UFPR. Coordenador da Pós-graduação lato sensu e Cursos Livres da FABAPAR. Pesquisador do NEMED. E-mail: professor.willibaldo@fabapar.com.br

² FINLEY, Moses I. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 39.

³ ROSA, Cláudia Beltrão da. “A religião da Urbs” In SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro; Vitória, Mauad; Edufes, 2006, p. 141; BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon. *Religions of Rome, Volume 1: A History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981, p. 32-35.

muitos” (Políbio, *Hist.*, 6.56.8)⁴.

De fato, entre os romanos, o conceito de *sacrum*, “sagrado”, estava relacionado tanto ao campo público como privado. Havia as ideias de *sacra publica* e *sacra priuata*, cuja diferença foi explicada por Festo (350L): “Os ritos públicos são aqueles realizados às expensas públicas em benefício do povo [...] em contraste com os ritos privados, que são realizados em benefício de indivíduos, das famílias, dos descendentes”⁵. Sendo assim, envolvendo ambas as dimensões da vida romana com profundidade, como bem destaca Renata Senna Garraffoni⁶, religião e política, na Roma antiga, devem ser entendidas como “esferas que compõem a mesma organização cívica”.

Por conta disto, mesmo quem duvidava de profecias ou adivinhações poderia entendê-las como algo importante e até mesmo necessário para a vida política, bem como para a preservação da ordem pública. No texto “Os áugures em Cícero: o debate religioso nas obras *De Natura Deorum* e *De Divinatione*”, publicado no presente Dossiê, Jhan Lima Daetwyler apresenta como Cícero trouxe à reflexão as críticas que eram feitas à utilidade e validade da adivinhação. Sua conclusão é a de que Cícero, mesmo sendo “membro do colégio dos áugures, cuja função é controlar a regularidade da tomada de auspícios”, demonstrou dúvida quanto à adivinhação, e “deixou claro que não tencionava predizer o futuro observando as aves”. Porém, mesmo assim, “concordava que a autoridade do colégio dos áugures, consolidada pela tradição que remontava a Rômulo, desempenhava um papel importante na condução da vida política (*Div. 2. 70-5*)”.

Neste sentido, pode-se pensar que o valor da adivinhação, para Cícero, dizia respeito ao seu propósito e a quem a realiza. Como bem demonstrado no artigo “*Harioli* e adivinhos privados em *De divinatione* de Cícero” de Claudia Beltrão, também deste Dossiê, Cícero “defende a adivinhação realizada por atores apropriados e controladas pelo senado”. Citando Catherine Bell, a autora explica que “a ritualização é uma arena estratégica para a incorporação das relações de poder”⁷. Afinal, a ritualização é o meio pelo qual se estabelecem as regras para uma dupla relação: a instituição válida o indivíduo que faz a adivinhação, reconhecendo-o como adivinho, e este indivíduo, em contrapartida, atua na confirmação dos quadros institucionais. Deste modo, pode-se pensar nas profecias, por exemplo, como meios de legitimação política, ao mesmo tempo que o Estado as reconhecia e legitimava. Porém, como Claudia Beltrão destaca, a “profecia – a predição do que pode ocorrer no

⁴ POLYBIUS. *The Histories. In Six Volumes, Volume III*. With an English Translation by W. R. Paton. Cambridge, MA; London, Harvard University Press; William Heinemann Ltd., 1979, p. 395.

⁵ *Publica sacra, quae publico sumptu pro populo fiunt quaeque pro montibus pagis curissacellis; at priuata, quae pro singulis hominibus familiis gentibus fiunt*. Tradução: ROSA, Claudia Beltrão da. “Religião e Poder: Augusto e o *pontifex maximus* (36-12 AEC)” In SILVA, Gilvan Ventura da; SILVA, Érica Cristhyane Moraes da. (Org.). *Fronteiras e identidades no Império Romano: aspectos sociopolíticos e religiosos*. Vitória, GM Editora, 2015, p. 15, nota 3.

⁶ GARRAFFONI, Renata Senna. “Romanos” In FUNARI, Pedro Paulo Abreu. (Org.). *As religiões que o mundo esqueceu: como egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses*. São Paulo, Contexto, 2009, p. 54.

⁷ BELL, Catherine. *Ritual Theory, Ritual Practice*. Oxford, Oxford University Press, 1992, p. 170.

futuro – é apenas uma das modalidades divinatórias”, de modo que havia muitas outras formas divinatórias com uso político, bem como a religião poderia exercer esta função para além da adivinhação.

Para além da profecia, portanto, o discurso religioso em geral podia servir politicamente, e isso não foi exclusivo da Roma antiga. Como bem demonstrado por Luiz Alexandre Solano Rossi em seu artigo “O discurso religioso como legitimador do império: Assíria (Assur) e Roma (Júpiter)” deste Dossiê, a linguagem religiosa “cria um substrato legitimador a fim de que as ações imperiais sejam vistas como naturais, civilizatórias e eternas”. Desse modo, assim como Roma se afirmou como escolhida por Júpiter, o império Assírio se estabeleceu com a afirmação de que sua liderança era constituída e apoiada pelo deus Assur. Essa legitimação religiosa do poder intencionou consolidar a visão de que romanos e assírios “foram destinados e determinados a governar o mundo todo como se fosse algo natural e universal e, ao mesmo tempo, desejado pelos deuses”.

Porém, o uso político e legitimador do discurso religioso não esteve restrito aos impérios. E podemos ver isso no artigo “Memórias e Materialidades do Tempo. Um Estudo Comparativo entre Documentos Textuais e Materiais sobre o Batismo de Jesus por João, o Batista”, que André Leonardo Chevitaese e Daniel Brasil Justi publicaram neste Dossiê. Neste artigo, os autores trazem documentos a respeito do batismo de Jesus por João, o Batista, lembrando que, apesar da projeção que este primeiro ganhou através do cristianismo, o último teve uma importância religiosa e política que deve ser destacada, visto que “seu carisma e a sua autoridade, junto às camadas populares judaicas, o tornaram uma ameaça real aos poderes constituídos”. Analisando as narrativas do batismo, os autores concluem que, com o tempo, houve uma adaptação da narrativa a fim de diluir-se a incômoda memória da “vinculação de Jesus a um movimento carismático popular anteriormente ao próprio movimento que viria após sua execução pelas autoridades romanas”. Ou seja, a adaptação da narrativa parece buscar legitimar o movimento cristão sobre o movimento popular judaico iniciado por João, o Batista, do qual Jesus teria feito parte.

Todos estes casos demonstram como religião e política se conectaram, no Mediterrâneo antigo, em uma relação complexa: em alguns casos, envolveu atores institucionalizados, que até mesmo duvidavam da adivinhação, mas que a tinham como algo válido pelo seu propósito político; em outros, envolveu personagens periféricos, que através do discurso religioso ganharam projeção; em certas ocasiões a religião serviu para afirmar o poder político imperial, justificando a violência pela divinização do domínio; em outras, legitimou movimentos populares, contestando autoridades e poderes institucionalizados. Uma variedade de situações que nos lembra que a religião, assim como

a profecia, a adivinhação e o discurso que a envolvem, podem se relacionar com o poder de diversas formas, gerando oposições hierárquicas, contradições discursivas e rivalidades proféticas, as quais não têm caráter apenas religioso, mas também político. Algo que você poderá perceber nos artigos deste Dossiê. Boa leitura!